JM JORNAL metrópole
Guarulhos, Santa Isabel, Arujá, Itaquá, Igaratá, Guararema, Poá e Suzano
Ano VII - Edição 612 - 06 a 12 de Novembro de 2026 - jm-metropole.com.br

SANTA ISABEL, ARUJÁ E IGARATÁ PODEM TER NOVAS REGRAS AMBIENTAIS; ALESP CONVOCA AUDIÊNCIA SOBRE PROTEÇÃO DOS MANANCIAIS (pag 3)

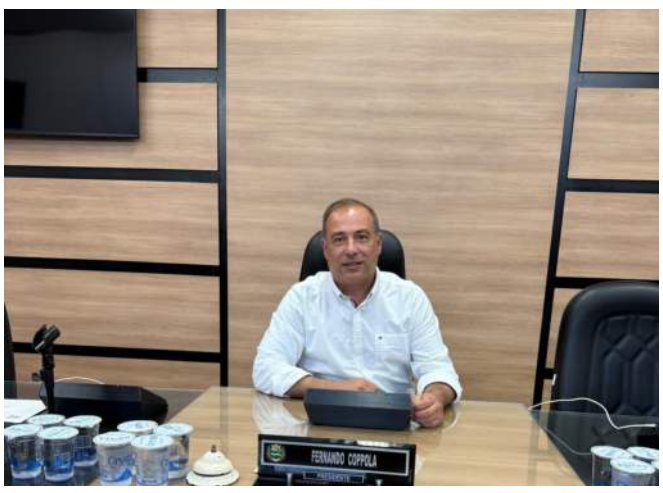


MARLI DOS REIS E RENATA KEMPINSKI REFORÇAM O TIME DE REPÓRTERES DO JM (pag 5)

SENADO APROVA PEC DA SEGURANÇA PÚBLICA E ABRE CAMINHO PARA CRIAÇÃO DE POLÍCIAS MUNICIPAIS (pag 7)



APÓS QUASE DEZ ANOS SOB ACUSAÇÃO, VEREADOR DE IGARATÁ É ABSOLVIDO EM CASO DE FRAUDE EM UNIFORMES ESCOLARES (pag 8)



achei minha foto
Seu cliente tira uma selfie e acha as fotos dele.
Venda suas fotos direto, sem comissão.
Selfie • Nº de peito • Pix e cartão
FOTÓGRAFO DO ALTO TIETÊ
Comece grátis:
acheiminhafoto.com.br
(11) 92212-9587
APONTE A CÂMERA

OPINIÃO

JORNAL METRÓPOLE

JM METRÓPOLE EMPRESA JORNALÍSTICA LTDA

Diretor Geral - Alencar Galbiatti

Jornalista Responsável
Pablo Gomes - MTB 79933-SP

Projeto Gráfico
Agência Ponte
contato@agenciaponte.com.br

Assistente de Redação
Bruno Ultramari

Endereço
R. Duque de Caxias, 189 - Casa 01
Jd. Monte Serrat - Santa Isabel - SP
CEP 07500-000

Repórteres
Marli dos Reis
Renata Kempinski

Colaboradores
Marco Aurélio
Patrick Acosta
Cynthia Mariah
Rosemeire Gomes RIcci

CNPJ: 41.707.291/0001-30

ANUNCIE AQUI
11 92553-7259

Envie sua pauta, sugestão ou denúncia pelo nosso whatsapp.

EDITORIAL

MAIS OLHOS ATENTOS E MAIS JORNALISMO



Por **Pablo Gomes**
Editor

Todo jornal é feito de pessoas. Por trás de cada matéria há alguém que ouviu, checou e se dispôs a contar a história com responsabilidade. Por isso, é com orgulho que o Jornal Metrópole apresenta, nesta edição, duas novas integrantes da nossa redação: as jornalistas *Marli dos Reis* e *Renata Kempinski*.

Com mais de uma década de atuação na comunicação do Alto Tietê, as duas passaram por tradicionais veículos da região e carregam o que não se aprende em sala de aula: o conhecimento do território, das fontes e das pessoas que dão vida às notícias. A partir de agora, somam forças ao time do JM na captação, apuração e produção textual de todas as editorias.

A chegada de Marli e Renata marca uma nova fase para o JM. Ampliamos a equipe para chegar mais perto de quem vive a cidade, estar onde as coisas acontecem e fazer um jornalismo mais ágil e comprometido com o bem comum. Mais olhos atentos significam mais pautas ouvidas, mais denúncias apuradas com cuidado e mais histórias que merecem ser contadas.

E esse trabalho não se faz sozinho. A melhor pauta sempre nasce de quem vive a cidade. Se você viu, viveu ou sabe de algo que a população precisa conhecer, fale com a gente pelo contato oficial do JM no WhatsApp: *(11) 92553-7259*. Envie as principais informações, fotos ou vídeos e sua sugestão pode virar notícia.

Sejam bem-vindas, Marli e Renata. O JM agradece a confiança, e o leitor ganha com isso.

Passarinho VERDE Conta tudo!

SANTA ISABEL

CONTA QUE NÃO FECHA
O Executivo encaminhou à Câmara de Santa Isabel o Projeto de Lei 34/2026, incluindo cinco entidades na lista das autorizadas a receber subvenções sociais. A proposta foi aprovada, apesar dos pareceres contrários da assessoria jurídica e de quatro comissões permanentes. O problema não é destinar recursos às instituições. É saber se o dinheiro está sendo classificado da maneira correta. Parece detalhe, mas não é.

CINCO NA CONTA
Instituto de Gestão, Santa Casa de Pontal, Cooperativa Sol para Todos, Associação Faça a Sua Parte e Samaritano São Francisco de Assis entraram na relação. Até aí, tudo bem. O curioso é que, segundo a análise jurídica, apenas uma das cinco inclusões estava suficientemente justificada. As demais deixaram dúvidas que nem a documentação complementar conseguiu esclarecer.

NOME BONITO
Subvenção social tem finalidade definida em lei. Não é uma expressão genérica para acomodar qualquer repasse de dinheiro público. Contrato de gestão é uma coisa, pagamento por serviço é outra. Chamar tudo de subvenção não transforma automaticamente uma modalidade na outra. Seria simples demais.

ATALHO
Jairo Furini defendeu a aprovação sob o argumento de que a inclusão das entidades facilitaria a chegada de recursos federais por meio de deputados. Buscar dinheiro para o município é sempre bem-vindo. Mas facilidade administrativa não substitui fundamento jurídico. Afinal, se o caminho exige documentos e critérios específicos, talvez a solução não seja procurar um atalho.

QUATRO NÃO
Osvaldo Junior, Marcos Cannor, Márcio Pinho e Zé da Mula votaram contra o projeto. A maioria entendeu de outra forma e aprovou a proposta, após rejeitar o parecer da Comissão de Justiça e Redação. Uma decisão legítima do plenário, mas que não apaga as dúvidas técnicas. Voto resolve o resultado político. Não resolve, sozinho, a questão jurídica.

PERGUNTAR NÃO OFENDE
Se os contratos apresentados não justificavam a classificação como subvenção social, por que insistir nesse enquadramento? Se faltavam documentos, por que não complementar a instrução antes da aprovação? E se a intenção era facilitar o recebimento de emendas, não seria mais prudente garantir primeiro a segurança jurídica do procedimento?

INSISTÊNCIA
A assessoria jurídica apontou problemas em setembro. O Executivo apresentou novas informações. Em outubro, a proposta voltou à análise e recebeu novamente parecer contrário. Não foi, portanto, uma dúvida levantada de última hora. Houve tempo para esclarecer. A pergunta é por que os questionamentos permaneceram até a votação.

PONTO FINAL
Ninguém está questionando o direito das entidades de buscar recursos ou a importância dos serviços que prestam. A discussão é outra: dinheiro público tem regras, e boas intenções não dispensam seu cumprimento. O projeto passou. As perguntas continuam. E responder a elas não deveria ser tão complicado quanto parece.

SANTA ISABEL, ARUJÁ E IGARATÁ PODEM TER NOVAS REGRAS AMBIENTAIS; ALESP CONVOCA AUDIÊNCIA SOBRE PROTEÇÃO DOS MANANCIAIS

Encontro será realizado na terça-feira (10) e discutirá projeto que estabelece regras ambientais e de ocupação do solo em áreas de sete municípios do Alto Tietê e Vale do Paraíba

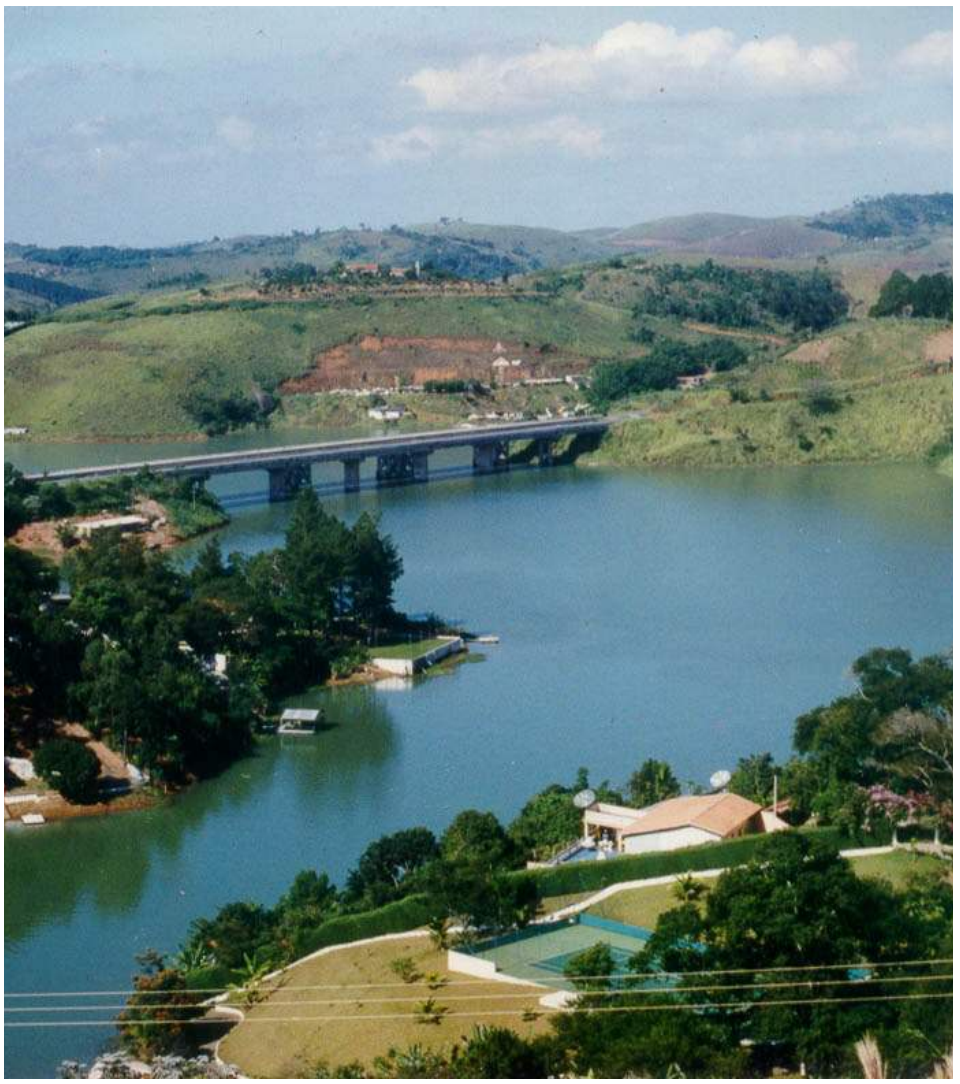
A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) realizará na próxima terça-feira (10), às 10h, uma audiência pública para discutir o Projeto de Lei 413/2026, que estabelece normas de proteção e recuperação dos mananciais da sub-bacia hidrográfica do Rio Jaguari. A proposta abrange áreas de sete municípios, entre eles Santa Isabel, Arujá e Igaratá, e poderá estabelecer novas regras para o uso e a ocupação do solo nessas localidades.

A audiência ocorrerá no Auditório Franco Montoro, na sede da Assembleia Legislativa, em São Paulo, com a participação prevista de representantes do governo estadual, deputados e demais interessados. A convocação foi publicada no Diário Oficial do Estado, em comunicado assinado pelo presidente da Alesp, deputado André do Prado, no dia 3 de novembro.

Encaminhado pelo governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) em maio deste ano, o projeto propõe a criação da Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais da Sub-bacia Hidrográfica do Jaguari, com diretrizes ambientais e urbanísticas voltadas à preservação dos recursos hídricos.

Além de Santa Isabel, Arujá e Igaratá, a proposta inclui áreas de Guarulhos, Jacareí, Monteiro Lobato e São José dos Campos.

Caso seja aprovado, o projeto estabelecerá critérios para a utilização de áreas situadas nos limites de proteção dos mananciais. As normas poderão atingir



propriedades rurais e urbanas, empreendimentos imobiliários e atividades econômicas, conforme o zoneamento e as condições previstas na legislação.

A proposta também prevê a definição de áreas de intervenção, com diretrizes específicas para preservação ambiental, recuperação de áreas degradadas e ordenamento territorial.

A inclusão de Santa Isabel e Arujá na área de abrangência não significa que todo o território dos municípios estará submetido às mesmas restrições. A aplicação das regras dependerá da delimitação das áreas protegidas e das características de cada localidade.

A discussão ocorre em meio a questionamentos de parlamentares da oposição sobre a participação da população na elaboração da proposta e os possíveis efeitos das novas regras ambientais.

Entre as preocupações apresentadas está a possibilidade de flexibilização de restrições já existentes, especialmente quanto à autorização de atividades econômicas em áreas de mananciais.

O governo estadual, por outro lado, afirma que o projeto resulta de discussões realizadas em comitês e conselhos ligados à gestão ambiental e ao planejamento regional. Segundo a administração, a proposta busca conciliar a preservação dos recursos hídricos com o ordenamento da ocupação territorial.

Importância do Jaguari

O Rio Jaguari tem papel estratégico no abastecimento de água da Grande São Paulo. O manancial integra a bacia do Rio Paraíba do Sul e está relacionado ao sistema de transposição de águas para o Cantareira, uma das principais fontes de abastecimento da Região Metropolitana.

Na justificativa encaminhada à Assembleia, o governo destaca a necessidade de preservar a qualidade da água e estabelecer parâmetros para a ocupação das áreas que integram a sub-bacia.

A audiência pública permitirá a discussão desses critérios antes da votação do projeto pelos deputados estaduais. O encontro também abre espaço para manifestações de representantes dos municípios, entidades e demais interessados nas mudanças propostas.

A expectativa é de que a matéria avance na Assembleia nas próximas semanas. Para entrar em vigor, o projeto ainda precisa ser aprovado pelos deputados e sancionado pelo governador.



CAVALOS FERIDOS E EXAUSTOS SÃO RESGATADOS PELA PRF APÓS DENÚNCIAS DE MAUS-TRATOS, EM SANTA ISABEL



Um dos animais estava tão debilitado que não conseguia caminhar; duas pessoas foram conduzidas à delegacia de Santa Isabel

Três cavalos com ferimentos nas patas e sinais de maus-tratos foram resgatados pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) no km 192 da Rodovia Presidente Dutra (BR-116), no sentido Rio de Janeiro, em Santa Isabel. Um dos animais apresentava um quadro severo de exaustão e já não tinha condições de se locomover.

A intervenção ocorreu após motoristas que trafegavam pela rodovia denunciarem possíveis agressões contra os equinos. Ao chegarem ao local, os policiais abordaram duas pessoas que acompanhavam os animais e constataram as condições em que eles se encontravam.

Durante a fiscalização, a equipe identificou lesões nas patas dos três cavalos, além do estado de debilidade de um deles, que exigia cuidados imediatos.

As duas pessoas abordadas foram encaminhadas à Delegacia de Polícia Civil de Santa Isabel para o registro da ocorrência e a adoção das providências legais.

Com o apoio da concessionária responsável pela rodovia, os animais foram retirados do local e transportados para um haras em Guararema, onde passaram por avaliação veterinária.

Segundo a PRF, os profissionais que examinaram os cavalos confirmaram a ocorrência de maus-tratos. Os três animais permanecerão acolhidos no estabelecimento, sob cuidados especializados, até que apresentem condições adequadas de recuperação.

A prática de maus-tratos contra animais é considerada crime ambiental no Brasil. A legislação prevê, para casos envolvendo equinos, pena de detenção de três meses a um ano, além de multa.

Até o momento, não foram divulgadas informações sobre eventuais medidas judiciais adotadas contra os envolvidos.

OAB PROMOVE 6ª FEIRA DE TROCA DE LIVROS EM SANTA ISABEL NO DIA 27 DE NOVEMBRO

A 164ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de Santa Isabel e Igaratá promove, no próximo dia 27 de novembro, a 6ª edição da Feira de Troca de Livros. O evento será realizado no coreto da Praça da Bandeira, no Centro de Santa Isabel, das 9h às 16h, com a proposta de incentivar o hábito da leitura e estimular a circulação de obras literárias entre a população.

Com o tema “Renove a sua estante!”, a iniciativa convida os moradores a compartilhar livros que já foram lidos e descobrir novas histórias, sem a necessidade de adquirir novas publicações. A proposta contempla diferentes gêneros literários, como drama, ação, suspense e romance, oferecendo oportunidades para leitores com interesses variados.

A feira chega à sexta edição valorizando uma prática simples, mas de grande importância cultural: permitir que um mesmo livro passe por diferentes mãos, alcance novos leitores e continue cumprindo seu papel de transmitir conhecimento, despertar a imaginação e proporcionar momentos de lazer.

Além de incentivar a leitura, a troca de livros representa uma alternativa econômica para ampliar o acesso à literatura. Em um cenário no qual o preço das publicações pode representar uma dificuldade para parte da população, iniciativas dessa natureza oferecem a possibilidade de renovar o acervo pessoal sem comprometer o orçamento familiar.

Outro aspecto da proposta é o incentivo ao consumo consciente. Ao colocar novamente em circulação obras que poderiam permanecer esquecidas nas estantes, a atividade contribui para o reaproveitamento de materiais e estimula uma relação mais sustentável com os livros.

Incentivo à cultura e à leitura

A realização da feira em um dos espaços públicos mais conhecidos de Santa Isabel também reforça a importância de aproximar as atividades culturais do cotidiano da população. A Praça da Bandeira, tradicional ponto de encontro dos moradores, será o cenário para a circulação de livros e o compartilhamento de experiências literárias.

A iniciativa também pode despertar o interesse de crianças e adolescentes pela leitura, especialmente quando o contato com diferentes obras ocorre de maneira espontânea e acessível. Para os leitores mais experientes, a



feira representa uma oportunidade de conhecer novos autores, explorar outros estilos literários e compartilhar títulos que marcaram suas trajetórias.

Mais do que a simples substituição de um exemplar por outro, a proposta valoriza a ideia de que o conhecimento não precisa permanecer restrito a uma única estante. Um livro que já cumpriu seu papel para determinado leitor pode despertar novas reflexões e descobertas ao chegar às mãos de outra pessoa.

Com o convite “Troque livros, compartilhe conhecimento”, a OAB busca mobilizar a comunidade para mais uma edição da atividade, reforçando a importância de iniciativas que promovam o acesso à cultura e estimulem o hábito da leitura.

Serviço

Evento: 6ª Feira de Troca de Livros da OAB

Data: 27 de novembro de 2026 (sexta-feira)

Horário: Das 9h às 16h

Local: Coreto da Praça da Bandeira, Centro de Santa Isabel (SP)

Realização: 164ª Subseção da OAB de Santa Isabel e Igaratá

MARLI DOS REIS E RENATA KEMPINSKI REFORÇAM O TIME DE REPÓRTERES DO JM

A redação do Jornal Metrópole ganhou um importante reforço no time. A partir desta edição, passam a compor a equipe do periódico as jornalistas Marli dos Reis e Renata Kempinski, que ficarão responsáveis pela captação, apuração e produção textual de todas as editorias.

Acumulando experiência e mais de uma década de carreira atuando na comunicação do Alto Tietê, Marli e Renata têm em seus currículos passagens por tradicionais jornais da região, além de contar com longos anos de atuação.

A parceria marca uma nova fase do Jornal Metrópole, que entrega à população um jornalismo ainda mais dinâmico, próximo ao cidadão e que busca interesses sociais de bem comum.

Para sugerir pautas que poderão se tornar foco de matérias, basta entrar em contato com o canal oficial do Jornal Metrópole, por meio do Whatsapp: (11) 92553-7259, enviando as principais informações e fotos ou vídeos.

Acompanhe também o site jmmetropole.com.br, nossas redes sociais e nosso canal no whatsapp.

DEFESA CIVIL REGISTRA ALAGAMENTOS, DESLIZAMENTOS E DANOS EM VIAS DE SANTA ISABEL APÓS TEMPORAL

As fortes chuvas que atingiram Santa Isabel no domingo, 1º de novembro, provocaram alagamentos, deslizamentos de terra e danos a estruturas de imóveis e vias públicas. As ocorrências mobilizaram equipes da Defesa Civil Municipal, que realizaram atendimentos, vistorias e avaliações de risco em diferentes pontos da cidade. Em atualização divulgada na segunda-feira (2), o órgão informou que não havia novos registros relacionados ao temporal e que as áreas afetadas permaneciam sob monitoramento.

Os alagamentos atingiram principalmente a região central, onde ruas e avenidas ficaram tomadas pela água. Entre os pontos identificados pela Defesa Civil estão a Avenida Coronel Bertoldo, no sentido da Rodovia Presidente Dutra; a Avenida da República; a Rua Monteiro Lobato; a Avenida Manoel Ferraz de Campos Salles, no cruzamento com a Rua Santa Cruz; e a Rua Washington Luiz, na altura da Rua João Pio Ferraz.

Também houve registros de alagamentos nas ruas Leopoldo da Cunha Lima, Alagoas e em trechos da Vila Guilherme. Imagens encaminhadas por moradores mostram veículos atravessando vias inundadas e a água se aproximando de estabelecimentos comerciais.

Os transtornos também atingiram residências. Na Rua Mário Mendes de Camargo, a moradora Pamela Albuquerque registrou em vídeo a água que invadiu sua casa e alcançou diferentes cômodos.

“Foi horrível. As pessoas gritando na rua de trás. Foi desesperador”, relatou.



Deslizamentos e danos estruturais

Além dos pontos de alagamento, a Defesa Civil atendeu ocorrências relacionadas à movimentação de terra e ao comprometimento de estruturas.

Na Rodovia Arthur Matheus, aproximadamente 500 metros após a entrada do Portal, sentido Rodovia Presidente Dutra, uma erosão provocou o solapamento de parte do acostamento e comprometeu a borda do pavimento, próximo à defensa metálica. O Departamento de Estradas de Rodagem (DER) foi acionado para avaliar as condições do trecho e adotar as providências necessárias.

Na Estrada do Monte Negro, na altura da Vila Alpina, um deslizamento de terra causou a obstrução parcial da via. Equipes da Defesa Civil e dos Serviços Municipais estiveram no local para atendimento.

Outras duas ocorrências foram registradas em imóveis residenciais. Na Rua Japão, um deslizamento de terra proveniente de um talude em propriedade vizinha atingiu um terreno. Na Rua Hiroshima, houve o desmoronamento de um muro, possivelmente relacionado às chuvas intensas. O morador também relatou um possível vazamento de água nas proximidades, situação que dependia de verificação.

Segundo a Defesa Civil, as avaliações iniciais não identificaram risco iminente à integridade física dos moradores nesses dois locais. Novas vistorias foram programadas para a segunda-feira (2).

Algumas areas permanecem sob acompanhamento

Em nota divulgada após o temporal, a Defesa Civil informou que todas as ocorrências anteriormente comunicadas haviam recebido atendimento inicial. O órgão ressaltou, porém, que o acompanhamento das áreas afetadas continuaria, com participação de diferentes setores municipais, entre eles Segurança, Trânsito e Serviços Municipais.

O monitoramento ocorre em um período de chuvas expressivas. Conforme levantamento da Defesa Civil, até o dia 18 de outubro Santa Isabel já havia registrado aproximadamente 215 milímetros de precipitação.

Na ocasião do temporal, o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) havia emitido alerta amarelo para tempestades, com previsão de chuvas de até 50 milímetros por dia, ventos entre 40 e 60 km/h e possibilidade de granizo.

A Defesa Civil orienta os moradores a evitar a travessia de ruas alagadas e a observar sinais de instabilidade em terrenos e encostas, como rachaduras, inclinação de árvores e postes e movimentação de terra.

Embora a atualização oficial de segunda-feira não apontasse novas ocorrências, os danos registrados no domingo mantiveram diferentes pontos da cidade sob acompanhamento. A extensão dos transtornos, especialmente em áreas com histórico de alagamentos, evidencia a necessidade de atenção permanente durante os períodos de chuva intensa.

EX-SECRETÁRIO DE ARUJÁ VAI A JÚRI EM DEZEMBRO POR MORTE DE GUARDA NA VÉSPERA DE NATAL

Nelson Caetano de Lima Neto, de 37 anos, foi morto a tiros em uma casa no Jardim Arujá. Preso desde dezembro de 2025, Uelton de Souza Almeida mantém o mandato de vereador e está de licença sem remuneração.

O ex-secretário adjunto de Segurança de Arujá Uelton de Souza Almeida vai a júri em 15 de dezembro, acusado de matar o guarda civil municipal Nelson Caetano de Lima Neto na noite de 24 de dezembro de 2025. O julgamento está marcado para as 9h, no Fórum de Arujá, quase um ano após o crime.



Nelson tinha 37 anos e integrava a Guarda Civil Municipal de Mogi das Cruzes. Naquela noite, segundo relato de seu pai, ele havia sido convidado para um churrasco na casa da namorada, no Jardim Arujá. A mulher era ex-companheira de Uelton. Acionados para atender à ocorrência, guardas municipais de Arujá encontraram Nelson ferido a tiros na residência, segundo a Secretaria da Segurança Pública de São Paulo.

Uelton se entregou à polícia em 26 de dezembro, dois dias depois do crime. A Prefeitura o exonerou da Secretaria de Segurança e o suspendeu das funções de guarda civil municipal, seu cargo de origem. Em 22 de janeiro de 2026, a Justiça converteu a prisão temporária em preventiva.

A situação na Câmara

Eleito vereador pelo União Brasil, Uelton mantém o mandato. Em fevereiro, pediu licença sem remuneração por 180 dias para tratar de interesses particulares. Em agosto, ao fim do período inicial, solicitou a prorrogação por mais 180 dias.

O primeiro suplente, Betinho, chegou a assumir a cadeira, mas se licenciou para voltar ao comando da Secretaria Municipal de Esportes. Em 2 de março, a vaga passou ao segundo suplente, Moisés Chocolate.



SENADO APROVA PEC DA SEGURANÇA PÚBLICA E ABRE CAMINHO PARA CRIAÇÃO DE POLÍCIAS MUNICIPAIS

O Senado Federal aprovou nesta terça-feira (3) a PEC 18/2025, conhecida como PEC da Segurança Pública. O texto, que segue para promulgação, fortalece a integração entre os órgãos do setor, endurece o combate ao crime organizado e autoriza os municípios a criarem suas próprias Polícias Municipais a partir das atuais Guardas Civis Municipais (GCMs).

Capitais como São Paulo, Curitiba, Belo Horizonte e Goiânia já iniciaram os trâmites legais para realizar a transição institucional e a mudança de nomenclatura.

Com a inclusão expressa no artigo 144 da Constituição Federal, as Polícias Municipais são reconhecidas como instituições civis de carreira, voltadas ao policiamento ostensivo, comunitário e preventivo, além da proteção de



bens, serviços e instalações locais.

A mudança, contudo, não será automática. A instituição de cada Polícia Municipal dependerá de decisão da respetiva prefeitura, aprovação pela Câmara de Vereadores e adequação das Leis Orgânicas municipais. As cidades também deverão comprovar requisitos técnicos e operacionais, como capacidade financeira e plano de formação dos agentes.

Além de conferir amparo jurídico à atuação policial dos municípios, a PEC da Segurança Pública amplia os mecanismos de financiamento orçamentário do setor e intensifica a cooperação federativa no combate a facções criminosas em todo o território nacional.

A emenda estabelece garantias de financiamento para as novas atribuições locais. A medida veda o contingenciamento de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) e prevê repasses diretos aos municípios que estruturarem suas polícias, assegurando verbas para equipamentos, tecnologias de monitoramento e capacitação contínua das equipes.

Com o amparo jurídico renovado, a PEC amplia os mecanismos de cooperação federativa no combate a facções criminosas e insere definitivamente os municípios no planejamento estratégico da segurança nacional.

GCM DE SUZANO APREENDE 25,6 KG DE DROGAS, ENCONTRA 'CASA BOMBA' DO TRÁFICO E RESGATA MULHER MANTIDA EM CÁRCERE PRIVADO

A Guarda Civil Municipal (GCM) de Suzano realizou na terça-feira (03/11) duas ocorrências que resultaram na apreensão de 25,6 quilos de entorpecentes, na libertação de uma vítima de violência doméstica e cárcere privado e na localização de drogas escondidas em área de mata. As ações aconteceram nos bairros Jardim Casa Branca e Jardim Belém.

A primeira ocorrência teve início por volta das 16h, quando a Patrulha Maria da Penha foi acionada para atender uma denúncia de violência doméstica no Jardim Casa Branca. Segundo o relato, uma mulher estaria sendo mantida em cárcere privado pelo companheiro. Ao chegar ao local, os agentes encontraram a vítima com ferimentos no rosto, nos braços e nas pernas. Ela contou ter sido agredida com um pedaço de fio elétrico.

Com autorização da proprietária do imóvel, mãe do suspeito, os guardas entraram na residência em busca do objeto usado nas agressões. Durante as buscas, encontraram uma grande quantidade de drogas separadas em diversas embalagens, além de cadernos usados para controle contábil do tráfico e um aparelho celular.

O material apreendido na casa somou 21,4 quilos de entorpecentes: 16,1 mil porções de maconha, equivalentes a 14,7 kg; 4,9 mil porções de cocaína, totalizando 3,27 kg; e 3,9 mil pinos de crack, que somaram 3,38 kg.

O suspeito foi conduzido à Delegacia de Defesa da Mulher, onde deverá responder por violência doméstica, lesão corporal, cárcere privado e tráfico de drogas. De acordo com as informações repassadas pela GCM, ele já possuía quatro passagens anteriores por venda de entorpecentes. Vítima e suspeito foram levados separadamente ao Hospital e Maternidade de Suzano (HMS) para atendimento médico.

Horas antes, por volta das 14h30, uma segunda ocorrência mobilizou o Grupamento de Proteção Ambiental (GPA) da GCM, com apoio da equipe de Canil, durante patrulhamento no Jardim Belém. Os agentes avistaram um grupo em atitude suspeita; parte das pessoas fugiu, enquanto as demais foram abordadas e liberadas após a consulta de antecedentes não apontar irregularidades.

Diante da fuga, as equipes ampliaram as buscas em uma área de mata nas



proximidades. Com o auxílio do cão farejador Taurus, os guardas localizaram uma mochila e uma bolsa escondidas na vegetação, contendo entorpecentes diversos.

Ao todo, foram encontradas 2.234 unidades de drogas, divididas em 788 porções de crack, 599 de cocaína, 705 de maconha, 124 de K9 e 18 frascos de lança-perfume, totalizando 4,2 quilos. Também foram apreendidos R$ 177,15 em espécie e um celular. Todo o material foi lacrado e encaminhado à Polícia Civil para os procedimentos cabíveis.

O secretário municipal de Segurança Cidadã, Francisco Balbino, comentou as duas ocorrências. Segundo ele, o atendimento a uma vítima de violência doméstica acabou revelando um imóvel utilizado para armazenar mais de 21 quilos de drogas, o que mostra como o trabalho de proteção à mulher pode também desarticular pontos de armazenamento do tráfico. O secretário destacou ainda que o patrulhamento no Jardim Belém permitiu localizar entorpecentes escondidos em área de mata, reforçando, segundo ele, o preparo das equipes tanto para a proteção de vítimas quanto para o combate a atividades criminosas na cidade.

APÓS QUASE DEZ ANOS SOB ACUSAÇÃO, VEREADOR DE IGARATÁ É ABSOLVIDO EM CASO DE FRAUDE EM UNIFORMES ESCOLARES



Uma acusação de corrupção que acompanhou a trajetória política de Fernando Daniel Coppola por quase uma década terminou com sua absolvição em primeira instância. Atual vereador de Igaratá e ex-secretário de Educação de Mauá, no ABC Paulista, Coppola foi inocentado das acusações de corrupção passiva, fraude à licitação e organização criminosa relacionadas à compra de 48 mil kits de uniformes escolares em 2017. O caso teve repercussões políticas em Igaratá e chegou a fundamentar um pedido de cassação de seu mandato na Câmara Municipal.

A sentença foi proferida em 30 de outubro pelo juiz Rodrigo Marzola Colombini, da 2ª Zona Eleitoral de São Paulo. Na decisão, o magistrado concluiu que não havia provas suficientes para vincular Coppola ao suposto esquema investigado pela Polícia Federal nas operações Prato Feito e Trato Feito, deflagradas em 2018.

O processo tinha como origem o Pregão Presencial nº 24/2017, realizado durante a administração do então prefeito de Mauá, Átila Jacomussi. Na época, Coppola comandava a Secretaria Municipal de Educação e foi incluído entre os investigados por supostas irregularidades na contratação dos uniformes.

Acusação se apoiava em apelido encontrado em planilha

Um dos pontos centrais da sentença foi a fragilidade das provas apresentadas contra o ex-secretário. Segundo a decisão, a acusação estava fundamentada principalmente na referência ao apelido “Xuxa”, encontrado em uma planilha apreendida na residência de outro investigado.

O documento, porém, não tinha assinatura nem estava acompanhado de elementos independentes capazes de demonstrar que Coppola tivesse recebido valores indevidos ou participado de negociações ilícitas.

“Não há interceptação, quebra de sigilo bancário ou prova oral que confirme o efetivo recebimento de vantagem indevida por Coppola”, registrou o magistrado.

A ausência de elementos que comprovassem a participação do então secretário foi determinante para a absolvição. A Justiça considerou que as suspeitas não poderiam substituir a demonstração concreta de responsabilidade criminal.

Os depoimentos colhidos durante a instrução também contribuíram para a decisão. Em março deste ano, a então procuradora jurídica da Prefeitura de Mauá afirmou que os procedimentos licitatórios tramitavam pelos setores técnicos e jurídicos, sem interferência política.

A ex-secretária adjunta de Educação declarou que Coppola não havia orientado servidores a favorecer ou prejudicar empresas participantes da concorrência.

Outro ponto questionado pela acusação era a quantidade de uniformes adquiridos. A justificativa apresentada durante o processo foi a de que os 48 mil kits atenderiam a dois anos letivos, 2017 e 2018, incluindo uma reserva de segurança.

O juiz afastou a acusação de fraude à licitação em relação a todos os réus. A sentença também mencionou o arquivamento, pelo Ministério Público de São Paulo, de um inquérito civil que investigou os mesmos fatos durante sete anos, sem identificar dolo ou prejuízo aos cofres públicos.

Processo teve repercussão política em Igaratá

Embora as acusações estivessem relacionadas ao período em que ocupou cargo no Executivo de Mauá, seus desdobramentos alcançaram a vida política de Coppola em Igaratá.

O vereador afirma que o processo passou a ser utilizado por adversários desde sua candidatura no município, em 2020, e ganhou repercussão na imprensa regional.

Em abril de 2024, o então prefeito Celso Palau protocolou na Câmara Municipal um pedido de cassação do mandato de Coppola, tendo como fundamento a ação judicial em andamento.

O pedido acabou rejeitado pelos vereadores, por cinco votos a três, permitindo que Coppola permanecesse no exercício do mandato.

A absolvição agora representa um novo desdobramento de um caso que ultrapassou a esfera judicial e esteve presente no debate político municipal durante anos.

“Foi um processo bastante dolorido”, diz vereador

Em declaração ao Jornal Metrópole, Coppola afirmou que sua inclusão na investigação ocorreu porque, na condição de secretário municipal, assinava documentos administrativos relacionados à pasta.

O parlamentar destacou o período transcorrido entre o início das investigações e a sentença.

“Demorou quase dez anos para sair o julgamento, foi um processo bastante dolorido”, afirmou.

A decisão, contudo, não encerra necessariamente a tramitação judicial. Como a absolvição ocorreu em primeira instância, o Ministério Público Eleitoral ainda poderá apresentar recurso.

Outros réus foram condenados

A sentença não resultou na absolvição de todos os envolvidos na ação penal. Três réus foram condenados em primeira instância por crimes de corrupção e organização criminosa, com direito de recorrer em liberdade.

Já a parte do processo relacionada ao ex-prefeito Átila Jacomussi foi desmembrada e encaminhada ao Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.

No caso de Coppola, a Justiça concluiu que os elementos reunidos ao longo da investigação não eram suficientes para sustentar uma condenação criminal.

A decisão ocorre após anos de investigação, repercussão pública e disputas políticas relacionadas ao processo. Embora ainda sujeita a recurso, a sentença afasta, nesta etapa judicial, a responsabilidade penal atribuída ao vereador no caso dos uniformes escolares de Mauá.



VALE RECICLAR MÓVEL CELEBRA 1 ANO E ATENDE NA REGIÃO CENTRAL DE ARUJÁ EM NOVEMBRO

A unidade itinerante do Vale Reciclar completa um ano de funcionamento neste mês de novembro e, para marcar a data, vai atender a população na área central de Arujá em duas etapas. O ponto de atendimento ficará montado na Base da Guarda Civil Municipal (GCM), na Avenida João Manoel, em frente à Rodoviária de Arujá, nos dias 17, 18 e 19, e depois novamente de 23 a 27 de novembro.

O Vale Reciclar Móvel é uma extensão da Loja Vale Reciclar, projeto idealizado pelo Fundo Social de Solidariedade de Arujá que incentiva o descarte correto de materiais recicláveis por meio da troca por moeda social. Quem leva plástico, papel, papelão, metal ou vidro higienizados recebe créditos ecológicos, os chamados vales-verdes, que podem ser utilizados na loja física para adquirir itens como alimentos, produtos de higiene pessoal, materiais de limpeza e roupas.



Com a versão móvel, o programa passou a circular por diferentes bairros de Arujá, levando o serviço para mais perto de quem não teria facilidade de se deslocar até a unidade fixa. Agora, ao estacionar na região central, a iniciativa deve atingir diretamente moradores que circulam pelo comércio local e por quem utiliza o terminal rodoviário no dia a dia.

A presidente do Fundo Social de Solidariedade de Arujá, Clau Camargo, destacou a importância do projeto para o município e para a região. Segundo ela, o Vale Reciclar é uma iniciativa social e ambiental relevante, e a descentralização dos atendimentos tem sido uma prioridade da Prefeitura e do Fundo Social desde o começo da atual gestão. De acordo com a presidente, aproximar o serviço da população facilita o descarte correto dos resíduos e permite que as famílias levem para casa itens de que precisam, contribuindo também para a economia doméstica.



Serviço Evento: Loja Vale Reciclar Móvel na área central de Arujá (aniversário de 1 ano da unidade móvel) Datas: 17 a 19 de novembro e 23 a 27 de novembro Local: Base da Guarda Civil Municipal (GCM) – Avenida João Manoel, em frente à Rodoviária de Arujá Realização: Fundo Social de Solidariedade de Arujá

PARLAMENTO JOVEM PARTICIPA DE OFICINA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE LEI EM SANTA ISABEL



Os estudantes eleitos para o Parlamento Jovem de Santa Isabel participaram, nesta quinta-feira (5), de uma oficina de formação legislativa realizada no Salão Nobre da Câmara Municipal. A atividade teve como objetivo orientar os 15 jovens parlamentares sobre a elaboração de projetos de lei e o funcionamento do processo legislativo, preparando-os para a primeira sessão do programa.

Durante o encontro, os alunos receberam orientações sobre a estrutura de uma proposta legislativa e as etapas necessárias para transformar ideias em projetos de lei. Representantes das 11 escolas participantes acompanharam a oficina e auxiliaram os estudantes na organização das propostas que poderão ser apresentadas durante as atividades parlamentares.

A iniciativa integra a programação do Parlamento Jovem do segundo semestre de 2026, desenvolvido pela Câmara Municipal com o propósito de aproximar os estudantes do Poder Legislativo e estimular a participação dos jovens nas discussões sobre o município.

Da sala de aula ao plenário

Após a oficina, os estudantes conheceram o Plenário Legislativo, espaço onde são realizadas as sessões ordinárias e extraordinárias da Câmara Municipal.

A primeira sessão do Parlamento Jovem está prevista para uma data posterior, quando os estudantes terão a oportunidade de apresentar e discutir suas propostas, vivenciando procedimentos semelhantes aos adotados pelos vereadores municipais.

Ao todo, foram eleitos 15 parlamentares titulares e 15 suplentes, que receberam seus certificados durante a solenidade de diplomação e posse.

A Mesa Diretora do Parlamento Jovem é presidida por Bryan Godoi Talacio, tendo Murilo Romero Peres como vice-presidente. As secretarias são ocupadas por Louise Teodoro Bittencourt de Carvalho Pinto, Yasmin de Souza Ramos e Yasmim Bocchi de Freitas.

Formação para a cidadania

Além de apresentar os procedimentos de elaboração de projetos de lei, a oficina busca desenvolver nos participantes a compreensão sobre as atribuições dos vereadores e a importância do debate público na construção de propostas para o município.

A experiência também permite aos estudantes conhecer as etapas de discussão e votação de propostas, além de compreender a importância da participação popular nas decisões políticas.

A próxima etapa do programa será a realização da primeira sessão legislativa dos jovens parlamentares, no plenário da Câmara Municipal.

SUZANO ABRE 2ª EDIÇÃO DO SALÃO DE ARTES PLÁSTICAS NESTA SEXTA-FEIRA COM R$ 21 MIL EM PREMIAÇÕES



Divulgação/Secop Suzano

Suzano recebe nesta sexta-feira (06/11) a cerimônia de abertura da 2ª edição do Salão de Artes Plásticas de Suzano – Edição Alto Tietê. O evento acontece às 19 horas no Espaço de Artes Antônio Palomares, dentro do Centro de Educação e Cultura Francisco Carlos Moriconi, na rua Benjamin Constant, 682, no Centro da cidade.

Durante a cerimônia, organizada pela Secretaria Municipal de Cultura, serão anunciados os artistas premiados da edição deste ano. A partir de então, o público poderá conferir as 60 obras selecionadas para compor a exposição, que ficará em cartaz até 4 de dezembro, com visitação de segunda a sexta-feira, das 9 às 17 horas.

As obras expostas foram escolhidas entre 124 inscrições recebidas de diferentes cidades da região. Suzano é a cidade com maior número de trabalhos selecionados, com 29 obras, seguida por Mogi das Cruzes, com 15. Guarulhos teve seis obras selecionadas, Poá cinco, Guararema e Itaquaquecetuba duas cada uma, e Ferraz de Vasconcelos, uma. Entre as linguagens presentes na mostra estão pintura, escultura, fotografia, gravura e ilustração.

Conforme o edital do salão, serão distribuídos R$ 21 mil em premiações. A obra de maior destaque pela Comissão de Seleção renderá R$ 7 mil ao artista responsável. O segundo colocado recebe R$ 6 mil, e o terceiro, R$ 5 mil. Já a categoria Menção Honrosa, exclusiva a artistas de Suzano, garante prêmio de R$ 3 mil ao selecionado.

A avaliação das obras e a definição dos premiados ficaram a cargo de uma comissão formada pelos especialistas Saulo Di Tarso, Renata Felinto e Eduardo Ver.

Segundo a coordenadora de Artes Plásticas da Secretaria de Cultura, Aline Baliberdin, a segunda edição do salão amplia as possibilidades de visibilidade para os artistas participantes e deve atrair visitantes de outras cidades da região, funcionando como espaço de aproximação entre o público e diferentes formas de expressão artística.

O secretário municipal de Cultura, José Luiz Spitti, afirmou que a realização da segunda edição reforça o compromisso da gestão municipal com a valorização dos artistas e com a democratização do acesso à cultura, com a intenção de consolidar Suzano como polo de incentivo à produção artística.

O salão tem como proposta incentivar e divulgar a produção de artistas plásticos contemporâneos de Suzano e de toda a região do Alto Tietê, além de ampliar o acesso da população às artes visuais e contribuir para a formação de novos públicos.





SOCORRISTAS RETIRAM MOTORISTA DAS FERRAGENS APÓS CAMINHÃO COM 400 KG DE PEIXE BATER EM TRATOR EM IGARATÁ

Vítima ficou presa às ferragens na Rodovia Dom Pedro I; resgate mobilizou equipes de emergência e o helicóptero Águia

Um caminhoneiro foi retirado em estado grave das ferragens após o veículo que dirigia, carregado com cerca de 400 quilos de peixe, atingir a traseira de um trator na Rodovia Dom Pedro I (SP-065), em Igaratá. O acidente ocorreu na quarta-feira, 4, na altura do km 20, e mobilizou equipes de resgate e o helicóptero Águia, da Polícia Militar.

Preso na cabine, o motorista precisou do trabalho dos socorristas para ser removido. A gravidade de seu estado foi informada pela concessionária Rota das Bandeiras após a conclusão da retirada.

Segundo a Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp), o caminhão trafegava no sentido sul da rodovia quando atingiu o trator. Após a colisão, os dois veículos ficaram no acostamento. As circunstâncias que provocaram a batida ainda serão investigadas.



Apesar do impacto, a carga de peixe permaneceu no caminhão. De acordo com a concessionária, não houve derramamento na pista.

O helicóptero Águia foi acionado para apoiar a ocorrência enquanto as equipes trabalhavam para liberar o caminhoneiro das ferragens. A operação de resgate concentrou os esforços na retirada da vítima da cabine.

Na última atualização divulgada pela Rota das Bandeiras, o motorista já havia sido completamente removido. Até aquele informe, não estavam disponíveis o hospital de destino nem informações sobre a evolução de seu quadro clínico.

SEMANA DE ACIDENTES NA DUTRA TEM 12 VEÍCULOS ENVOLVIDOS EM DOIS ENGAVETAMENTOS

Colisões registradas em Arujá e Santa Isabel, no mesmo dia, envolveram automóveis e veículos de carga; apesar da quantidade de envolvidos, não houve feridos

A primeira semana de novembro foi marcada por acidentes na Rodovia Presidente Dutra, no trecho que atravessa o Alto Tietê. Em um único dia, dois engavetamentos registrados em Arujá e Santa Isabel envolveram 12 veículos, entre automóveis, caminhões, uma carreta, uma van e um utilitário. Apesar da quantidade de veículos atingidos, não houve registro de feridos.

As duas ocorrências foram registradas na terça-feira (3), em um intervalo de poucas horas e em pontos separados por aproximadamente 12 quilômetros. Os acidentes mobilizaram equipes de atendimento e exigiram intervenções na rodovia.

O primeiro engavetamento aconteceu durante a manhã, no km 202, em Arujá. Segundo a concessionária RioSP, responsável pela administração do trecho, a colisão envolveu sete veículos, sendo cinco carros de passeio, um caminhão e um utilitário. Todos os ocupantes saíram ilesos.

Na tarde do mesmo dia, outro acidente foi registrado no km 190, em Santa Isabel, na pista norte, sentido Rio de Janeiro, nas proximidades da Montarte. De acordo com a Polícia Rodoviária Federal (PRF), cinco veículos se envolveram na colisão, entre eles uma carreta, um caminhão, uma van e automóveis.

Nesse segundo caso, além dos danos decorrentes do impacto, houve derramamento de óleo sobre o asfalto, o que exigiu a interdição de uma faixa para a realização dos procedimentos de limpeza e prevenção de novos acidentes. Também não houve vítimas.

Colisões múltiplas e os riscos nas rodovias

A ocorrência de dois engavetamentos no mesmo dia chama a atenção para os riscos associados às colisões sucessivas, especialmente em rodovias com circulação simultânea de veículos leves e pesados.

Em acidentes dessa natureza, o impacto inicial pode desencadear uma sequência de colisões quando os motoristas que seguem atrás não conseguem reduzir a velocidade ou parar a tempo. A distância entre os veículos, as condições de visibilidade e a atenção dos condutores são fatores importantes para evitar esse tipo de ocorrência.

No entanto, as autoridades não divulgaram conclusões sobre as causas dos acidentes desta semana. Também não há informações que indiquem relação entre os dois episódios.



A Rodovia Presidente Dutra é uma das principais ligações rodoviárias do País e concentra a circulação de veículos de passeio, ônibus e transporte de cargas entre São Paulo e Rio de Janeiro. Na região, a estrada também é utilizada diariamente por moradores de Arujá, Santa Isabel e municípios vizinhos.

A presença de caminhões e carretas exige atenção especial dos condutores, já que veículos de maior porte necessitam de distâncias maiores para frenagem e apresentam limitações de visibilidade em determinados pontos.

Embora os acidentes registrados na terça-feira tenham terminado sem feridos, a quantidade de veículos envolvidos evidencia o potencial de gravidade das colisões múltiplas. As ocorrências encerraram o dia sem vítimas, mas deixaram um alerta sobre a importância da direção defensiva e do respeito às normas de segurança nas rodovias.

JM JORNAL metrópole

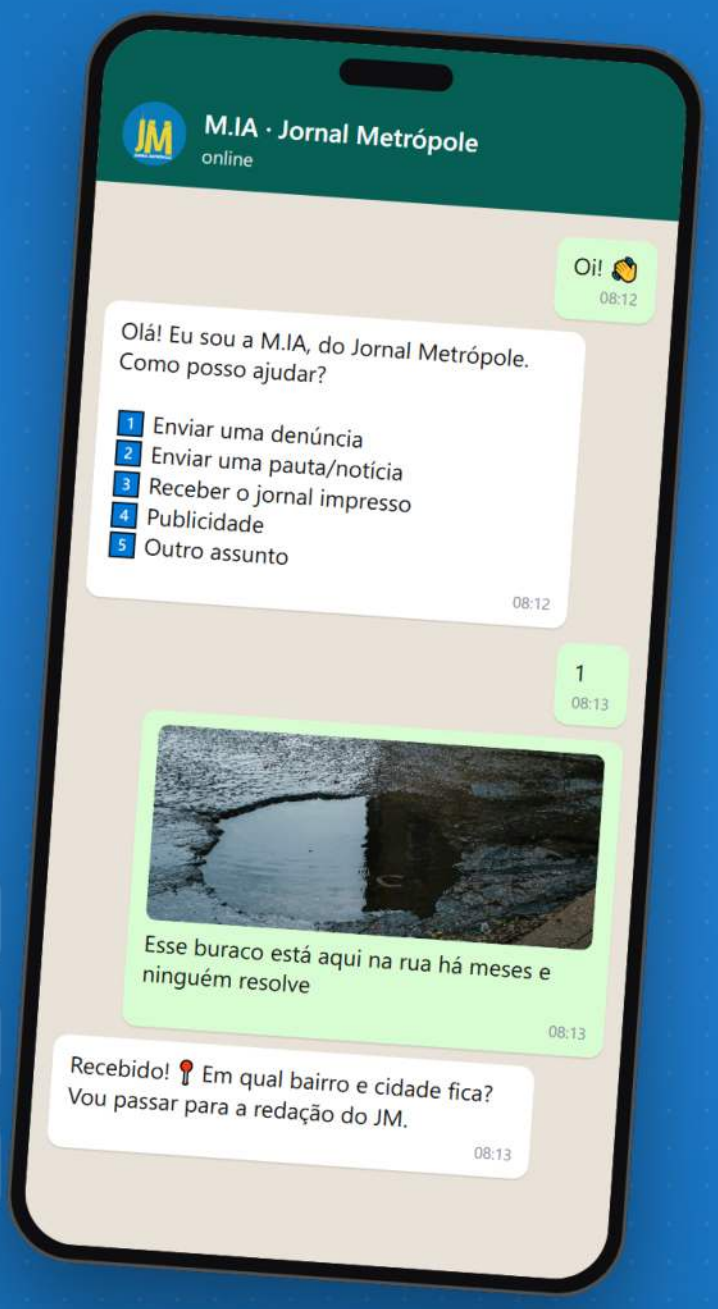
NOVIDADE NO JM

CONHEÇA A M.IA

METRÓPOLE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

O WhatsApp do Jornal Metrópole. Atende você **a qualquer hora, todos os dias**, e leva o seu recado direto para a nossa redação.

- 24 HORAS POR DIA, 7 DIAS POR SEMANA
- É SÓ MANDAR UM OI, SEM BAIXAR NADA
- FALA DIRETO COM A REDAÇÃO DO JM





1 DENÚNCIA

Viu um problema no bairro? Mande foto, vídeo e o endereço.



2 PAUTA E NOTÍCIA

Sugira uma reportagem. A redação apura e publica.



3 JORNAL IMPRESSO

Receba a edição do JM no seu WhatsApp.



4 PUBLICIDADE

Anuncie a sua empresa no impresso, no site e nas redes.

SALVE O NÚMERO E MANDE UM OI

(11) 92553-7259

M.IA · WhatsApp do Jornal Metrópole · jm-metropole.com.br